

FUNDAÇÃO AFFEMG DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - FUNDAFFEMG

Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde - FUNDAFFEMG** - iniciou suas operações em 22/nov./1993, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 31.556-7, sendo constituída como pessoa jurídica de direito privado de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como instituidora a AFFEMG - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais e como finalidade exclusiva a de prestar a seus beneficiários:

- I- A assistência à saúde suplementar;
- II- A prevenção de doenças; e
- III- A promoção à saúde.

A **Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde - FUNDAFFEMG** tem sua escrituração contábil centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

A **Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde - FUNDAFFEMG** é uma Operadora de Plano de Saúde, com apenas um produto, que se encontra devidamente registrado no Sistema de Registro de produtos junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de Apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2021, de forma comparativa com 2020, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009, ITG 2002 (R1) e nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - “CPC”.

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na nota explicativa nº 20

2.2 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

- a) **Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

A Fundação não possui atividades relacionadas à gratuidade, e as receitas com trabalho voluntário não são materiais para o conjunto das demonstrações contábeis.

- b) **Custo:** Os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados às despesas, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do Aviso de Beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3 Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento.

2.2.4 Aplicações Financeiras

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

As aplicações financeiras são avaliadas ao seu valor justo (vide Nota Explicativa nº 4).

2.2.5 Contraprestação Pecuniária a Receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à:

Preços pós-estabelecidos - Conta de Contraprestações Efetivas de Operações de Planos de Assistência à Saúde.

A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias.

2.2.6 Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com o Plano de Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de Receitas Com Outras Atividades.

A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias.

A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução da inadimplência dessas operações.

2.2.7 Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição.

2.2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, sendo que a depreciação foi calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7.

Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis o imobilizado passou a abranger os bens que não são de propriedade apenas da entidade, mas sobre os quais a mesma tenha o controle, riscos e benefícios.

Através de avaliação e formalização interna da entidade, a mesma concluiu pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

2.2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável (vide Nota Explicativa nº 8).

2.2.10 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

São calculadas com base em metodologia regulamentar, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pela operadora (vide Nota Explicativa nº 9).

2.2.12 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

- a) **Ativos Contingentes:** São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) **Passivos Contingentes:** Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;
- c) **Obrigações Legais:** São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.13 Isenções Usufruídas - Imposto de Renda, Contribuição Social, Cota INSS, PIS e COFINS

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, portanto, goza de benefícios fiscais, de isenções, do Imposto de Renda, ISS, COFINS e da CSLL por não remunerar por qualquer forma seus dirigentes, e por cumprir os requisitos estabelecidos na legislação.

3. Disponível

Título

Valores em R\$

	2021	2020
Caixa	1.887,62	2.590,35
Bancos	34.674,45	8.559,92
Aplicações Liquidez Imediata	720.997,91	8.348.391,28
Total	757.559,98	8.359.541,55

Devido a necessidade de fluxo de caixa a entidade precisou utilizar os recursos disponível em liquidez imediata para honrar que seus compromissos.

4. Aplicações Financeiras

4.1 Garantidoras de Provisões Técnicas:

	Exercícios	
	2021	2020
Banco Bradesco	8.798.916,24	6.732.771,16
Banco XP Investimentos	658.501,71	617.726,34
Total	9.457.417,95	7.350.497,50

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas (vide Nota Explicativa nº 9), cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

4.2 Livres:

O valor das Aplicações não Vinculadas às Provisões está composto da seguinte forma:

	Exercícios	
	2021	2020
Bancoob	111,83	107,95
Banco Genial	39.202.591,01	7.854.908,95
Banco Itaú	6.570.385,34	6.652.764,58
Bradesco	24.638.567,23	53.694.145,27
Total	70.411.655,41	68.201.926,75

5. Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de saúde da entidade, conforme segue:

	Exercícios	
	2021	2020
Planos médico-hospitalares		
Planos coletivos (i)	13.320.551,72	9.987.440,09
Coparticipação	237.283,30	176.396,70
Contraprestação em corresponsabilidade. (ii)	927.265,75	46.217,58
Subtotal	14.485.100,77	10.210.054,37

Provisão para perdas sobre créditos	(117.784,59)	(17.224,11)
Total líquido	14.367.316,18	10.192.830,26

- (i) As cobranças das contraprestações da FUNDAFFEMG são realizadas de acordo com o cálculo atuarial, conforme previsto no regulamento do plano. O valor unitário da cota da FUNDAFFEMG em dezembro/20 era de R\$ 183,73 já em dezembro/21 o valor da cota unitária passou para o valor de R\$ 248,02, tendo um aumento de 34,99% no período.
- (ii) O saldo a receber de contraprestações em corresponsabilidade assumida se refere aos atendimentos realizados pela rede direta/indireta da FUNDAFFEMG à beneficiários que são de outras operadoras de planos de saúde. No ano de 2021 esse volume de atendimento se intensificou devido a utilização da demanda reprimida referente à pandemia do COVID-19, além disso, devido a mudança do novo sistema operacional de cobrança, a FUNDAFFEMG encontrou dificuldade em realizar a cobrança efetiva no formato previsto em contrato com essas operadoras. A expectativa da Diretoria da FUNDAFFEMG é que a cobrança seja normalizada no ano de 2022.

6. Depósitos Judiciais e Fiscais

	Exercícios	
	2021	2020
Ressarcimento ao SUS	223.617,31	209.922,65
Outros	2.474.458,45	1.300.432,27
Total	2.698.075,76	1.510.354,92

Em 2021, a FUNDAFFEMG entrou com dois processos referente ao recolhimento do INSS Patronal Terceiros sobre a Folha de Salários e do INSS Patronal dos Prestadores de Serviços. No primeiro caso, conforme o decreto 2318/86, a base de cálculo para o recolhimento do INSS Terceiros s/folha, está fixada sobre 20 salários mínimos e atualmente a instituição faz o recolhimento sobre a base de salários dos funcionários. E sobre o recolhimento do INSS Patronal dos Prestadores de serviço, conforme a legislação, a operadora é uma instituição sem fins lucrativos e por isso, isenta do recolhimento dos impostos sobre seus serviços prestados.

7. Imobilizado

	Tx. Anual Depr. %	Custo / Reavaliação	Depreciação Acumulada	Exercícios	
				2021 Líquido	2020 Líquido
Imóveis de Uso Próprio N. Hospitalar		3.002.121,95	(775.419,41)	2.226.702,54	2.283.819,78
Terrenos	-	420.000,00	-	420.000,00	420.000,00
Edifícios	2,2	2.582.121,95	(775.419,41)	1.806.702,54	1.863.819,78
Bens Móveis - Hospitalar		40.998,71	(9.854,17)	31.144,54	21.062,27

Máquinas e Equipamentos	10	34.335,14	(8.329,40)	26.005,74	17.905,85
Móveis e Utensílios	10	6.663,57	(1.524,77)	5.138,80	3.156,42
Bens Móveis - Não Hospitalar		925.974,47	(376.478,33)	549.496,14	528.952,29
Máquinas e Equipamentos	10	788.082,07	(334.110,61)	453.971,46	437.781,71
Móveis e Utensílios	10	137.892,40	(42.367,72)	95.524,68	91.170,58
Total		3.969.095,13	(1.161.751,91)	2.807.343,22	2.833.834,34

7.1 - Teste de Recuperabilidade

A administração da **FUNDAÇÃO AFFEMG DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - FUNDAFFEMG**, em atendimento ao previsto na Lei nº 11.638/07, CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, do PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo, sendo que o seu valor líquido está menor que o valor justo estimado, não sendo necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, não sendo necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado/intangível.

Quanto às taxas de depreciações e amortizações aplicadas ao ativo imobilizado e intangível, a administração entende que são as mesmas que já vinham sendo praticadas pela entidade em relação aos exercícios anteriores.

8. Intangível

	Tx. anual Amort. %	Custo	Amortização Acumulada	Exercícios	
				2021	2020
				Líquido	Líquido
Software (i)	20	95.260,23	(88.897,63)	6.362,60	8.362,42
Total		95.260,23	(88.897,63)	6.362,60	8.362,42

9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Circulante	Exercícios	
	2021	2020
Provisão de eventos a liquidar (i)	9.268.743,41	7.130.651,82
Provisão de remissão (ii)	13.304,35	18.844,65
Provisão de Eventos a Liquidar SUS (iii)	218.693,58	244.584,82
Total	9.500.741,34	7.394.081,29
Não Circulante		
Provisão de Eventos a Liquidar SUS (iii)	223.617,31	209.922,65
Total	9.724.358,65	7.604.003,94

- (i) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras;
- (ii) Provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde firmada com os beneficiários da entidade e calculada por atuários independentes;
- (iii) A entidade tem registrado nesta conta os eventos a liquidar referentes a ressarcimento de despesa médica ao SUS.

Em 31/dez./2021, as garantias financeiras eram constituídas integralmente por aplicações financeiras (vide Nota Explicativa nº 04).

10. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a pagar referente à utilização da rede de outras operadoras por parte da FUNDAFFEMG, através dos contratos de corresponsabilidade, conforme segue:

	Exercícios	
	2021	2020
Corresponsabilidade Cedida	1.492.325,43	819.279,24
Total	1.492.325,43	819.279,24

11. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	Exercícios	
	2021	2020
INSS	252.421,78	196.950,01
FGTS	47.920,08	38.079,74
PIS	7.690,90	6.287,74
IRRF s/ Salários	100.637,96	78.044,06
IRRF	96.384,28	66.544,13
ISSQN	91.323,45	141.700,52
CSRF	172.923,88	158.772,44
Total	769.302,33	686.378,64

12. Débitos Diversos

	Exercícios	
	2021	2020
Salários a Pagar	-	-
Férias	712.848,60	702.550,98
Fornecedores de Bens e Serviços	33.586,76	81.407,40
Outros	7.248,16	3.705,56
Total Circulante	753.683,52	787.663,94

13. Provisões para Ações Judiciais

	Exercícios	
	2021	2020
Provisões para ações Cíveis	665.379,66	682.865,17
Provisões para ações Tributárias (i)	1.788.834,77	597.128,57
Provisões para Ações Trabalhistas	20.744,02	20.938,53
Total	2.474.958,45	1.300.932,27

Em 2021, a FUNDAFFEMG entrou com dois processos referente ao recolhimento do INSS Patronal Terceiros sobre a Folha de Salários e do INSS Patronal dos Prestadores de Serviços. No primeiro caso, conforme o decreto 2318/86, a base de calculo para o recolhimento do INSS Terceiros s/folha está fixada, sobre 20 salários mínimos e atualmente a instituição faz o recolhimento sobre a base de salários dos funcionários. E sobre o recolhimento do INSS Patronal dos Prestadores de serviço, conforme a legislação, a operadora é uma instituição sem fins lucrativos e por isso, isenta do recolhimento dos impostos sobre seus serviços prestados.

A FUNDAFFEMG - Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde foi fiscalizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo sido autuada em 23/ago./2011 para pagamento de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas das operações de plano de saúde, referentes aos exercícios bases de 2007 e 2008.

O valor autuado na data de 23/ago./2011 foi de:

Descrição	PIS	COFINS	TOTAL (Valores em Reais)
Contribuição	399.995,67	1.942.112,95	2.342.108,62
Juros de mora	140.336,39	680.680,18	821.016,57
Multa	299.996,67	1.456.584,64	1.756.581,31
TOTAL	840.328,73	4.079.377,77	4.919.706,50

Este valor total, atualizado com base na variação da SELIC até a data de 31/dez./2021, é de aproximadamente R\$ 11.440.493,40.

Diante da autuação, a FUNDAFFEMG apresentou defesa administrativa no prazo regulamentar, sendo que no entendimento da FUNDAFFEMG, devidamente amparada pelos assessores jurídicos, a autuação desprezou a natureza jurídica da FUNDAFFEMG e cassou-lhe a isenção das contribuições sociais do PIS e COFINS, aplicando tratamento diferente daquele previsto no ordenamento jurídico pátrio.

Na defesa administrativa, a FUNDAFFEMG solicita a impugnação total da autuação para o cancelamento dos autos e para desconstituir o crédito tributário indevidamente apurado, bem como expungir todas as multas, juros e demais consectários. Nos termos da Deliberação CVM 489/2005, complementada pelo posicionamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25/2009 e considerando a classificação dos Advogados de que a possibilidade de êxito neste processo é “POSSÍVEL”, os Administradores da FUNDAFFEMG decidiram pela não contabilização no exercício de 2011 do valor autuado ainda em fase de recurso administrativo.

Esclarecemos que de conformidade com os critérios determinados pelo CPC 25/2009, temos as seguintes possibilidades de julgamentos por parte dos Advogados e os respectivos reflexos contábeis decorrentes:

Opinião Jurídica	Reflexo Contábil	Fundamentação Legal
Provável perda	É exigido o provisionamento contábil e respectiva divulgação em notas explicativas do balanço	CPC 25/2009 Itens 14, 30 e 85
Possível perda	Nenhuma provisão contábil precisa ser reconhecida e nenhuma divulgação em notas explicativas é exigida	CPC 25/2009 Itens 27 e 85
Remota perda	Nenhuma provisão contábil precisa ser reconhecida e nenhuma divulgação em notas explicativas é exigida	CPC 25/2009 Itens 27 e 86

A decisão de não contabilização em 2011 será reavaliada anualmente pela Diretoria da FUNDAFFEMG e ajustada, se for o caso, para refletir a melhor estimativa corrente conforme posicionamento dos Advogados nos termos do item 59 do CPC 25/2009.

Embora a autuação por parte da Receita Federal tenha como base exclusivamente os exercícios de 2007 e 2008, a Diretoria da FUNDAFFEMG, entendendo pela isenção tributária do PIS e COFINS sobre a totalidade das suas receitas assistenciais e financeiras, continuou adotando o mesmo procedimento de isenção tributária em relação aos exercícios de 2009 a 2021.

14. Patrimônio Social

O regresso do Patrimônio Social ocorreu pelo resultado deficitário do exercício de 2021 no valor de R\$ 2.049.930,41.

	Patrimônio Social	Reservas Patrimoniais	Reserva de Reavaliação	Reservas de Retenções	Superávit Acumulados	Total
SALDOS EM 31/DEZ./2019 (RECLASSIFICADO)	2.409.335,26	10.677,00	730.063,89	65.382.452,13	-	68.532.528,28
Superávit do Exercício	-	-	-	-	19.161.868,01	19.161.868,01
Proposta da destinação do Superávit Reservas Estatutárias	-	-	-	19.161.868,01	(19.161.868,01)	-
SALDOS EM 31/DEZ./2020 (RECLASSIFICADO)	2.409.335,26	10.677,00	730.063,89	84.544.320,14	-	87.694.396,29
Superávit do Exercício	-	-	-	-	(2.049.930,41)	(2.049.930,41)
Reservas de Reavaliação:	-	-	-	-	-	-
Realização	-	-	(364.476,62)	-	364.476,62	-
Proposta da destinação do Superávit Reservas Estatutárias	-	-	-	(1.685.453,79)	1.685.453,79	-
SALDOS EM 31/DEZ./2021	2.409.335,26	10.677,00	365.587,27	82.858.866,35	-	85.644.465,88

15. Receitas de contraprestações efetivas e Despesas com eventos indenizáveis líquidos

	Nota	2021	2020
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	15	<u>105.263.744,77</u>	<u>109.110.277,66</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		105.263.744,77	109.110.277,66
Contraprestações Líquidas		105.258.204,47	109.112.409,06
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		5.540,30	(2.131,40)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	15	<u>(99.774.648,73)</u>	<u>(77.723.419,19)</u>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(99.774.648,73)	(77.723.419,19)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		5.489.096,04	31.386.858,47

O exercício de 2020 representou período atípico por conta do surgimento e disseminação do COVID-19, classificado pela Organização Mundial de Saúde - OMS como pandemia, dessa forma os eventos e sinistro no período ficaram reprimidos, no exercício do ano de 2021 mesmo ainda não tendo finalizado a pandemia a utilização foi normalizada e acentuada pela demanda reprimida do ano de 2020.

16. Despesas Administrativas

	Exercícios	
	2021	2020
Pessoal	6.463.804,97	5.663.858,25
Serviços de terceiros (i)	1.413.573,29	1.092.841,86
Localização e funcionamento (ii)	839.413,76	3.305.845,77
Tributos (iii)	111.793,37	97.199,40
Despesas Administrativas Diversas (iv)	1.183.912,56	1.213.661,20
Total	10.012.497,95	11.373.406,48

- (i) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;
- (ii) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança, depreciação, amortização, etc. Destaca-se que em 2020 foi baixado integralmente o saldo do ativo intangível (projeto MV), impactando na variação daquele ano e no comparativo com o exercício atual;
- (iii) Contribuições Febrafit, ANS, IPTU, entre outros;
- (iv) Despesas com regionais, contribuições, assinaturas de periódicos, publicidades, etc.;

17. Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

	Exercícios	
	2021	2020
Outras Despesas Operacionais c/ Planos		
Despesas com encargos sociais	(883.336,03)	(669.903,77)
Despesas com taxas administrativas	(185.791,95)	(204.583,44)
Consultoria/Auditoria Médica	(533.392,56)	(214.340,83)
Prog. Promoção da Saúde e Prev. Riscos e Doenças	(967.011,08)	(870.261,30)
PPSC – Provisão para Perdas sobre Créditos	(138.668,19)	(97.845,98)
Outras Despesas	(19.907,45)	(43.042,67)

Total	(2.728.107,26)	(2.099.977,99)
--------------	-----------------------	-----------------------

18. Resultado Financeiro Líquido

	Exercícios	
	2021	2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	4.556.104,49	2.593.739,76
Outras receitas financeiras	171.195,09	182.356,33
Recebimentos em atraso	172.050,22	133.567,70
Subtotal	4.899.349,80	2.909.663,79
Despesas Financeiras		
Outras	(248.956,26)	(2.314.934,58)
Subtotal	(248.956,26)	(2.314.934,58)
Total líquido	4.650.393,54	594.729,21

No ano de 2020, devido a pandemia do COVID-19, vide nota 19, as aplicações financeiras de renda fixa foram severamente afetadas, normalizando no ano de 2021.

19. Informações sobre a Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida.

CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	Corresponsabilidade Cedida em Preço Preestabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2021	2020	2021	2020
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	31.738.082,21	31.281.336,19
Total	-	-	31.738.082,21	31.304.855,25

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MEDICO HOSPITALAR	Carteira Própria		Corresponsabilidade Assumida	
	2021	2020	2021	2020
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	98.931.914,00	77.330.500,18	842.734,73	392.919,01
Total	98.931.914,00	77.330.500,18	842.734,73	392.919,01

20. Conciliação do Fluxo de Caixa

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto.

A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do Período	<u>(2.049.930,41)</u>	<u>19.161.868,01</u>
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	<u>1.470.938,31</u>	<u>2.859.793,90</u>
Provisões Técnicas Op. de Assistência à Saúde	5.540,30	2.131,40
Depreciações/Amortizações	206.585,40	2.804.196,68
Provisões Para Perdas sobre Créditos	138.668,19	97.845,98
Provisão (Reversão) Contingências	1.174.026,18	-
Receita Imóvel Destinado a Renda	(53.881,76)	(44.380,16)
Resultado do Período Ajustado	<u>(578.992,10)</u>	<u>22.021.661,91</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	<u>(9.741.933,32)</u>	<u>(11.229.468,51)</u>
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>2.830.451,19</u>	<u>(2.143.267,53)</u>
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(7.490.474,23)</u>	<u>8.648.925,87</u>

21. Covid 19

O exercício de 2021 representou período atípico por conta do surgimento e disseminação do COVID-19, classificado pela Organização Mundial de Saúde - OMS como pandemia. A evolução desta doença pelo mundo modificou a rotina operacional das operadoras de planos de saúde.

Diante deste cenário de repercussão mundial e com consequências de difícil previsibilidade, a FUNDAFFEMG realizou monitoramento dos riscos inerentes ao COVID-19 que possam afetar a saúde dos Associados bem como dos seus Colaboradores Internos.

Como medidas protetivas para os Associados, manteve os seus setores envolvidos na minimização dos impactos oriundos dessa pandemia, mediante realização de diversos procedimentos abaixo exemplificados:

- Tele Atendimento por canais específicos para orientação médica denominados “Alô Doutor” e “Rede Amparo”;
- Suspensão temporária da exclusão de associados por inadimplência;
- Monitoramento constante com os Associados para identificação de casos confirmados, recuperados e em recuperações e óbitos;
- Incentivos para as realizações de testes para detecção da COVID-19 através de PCR, Sorologia e testes rápidos;
- Acompanhamentos das internações e consultas realizadas.

Em relação aos Colaboradores Internos, os Administradores da FUNDAFFEMG implementaram rotinas administrativas e de controles financeiros e assistenciais que estão

sendo desenvolvidas por parte dos colaboradores em suas próprias residências na modalidade tipo “Home Office”, sendo estas medidas de caráter protetivo e objetivando reduzir os contatos entre pessoas para retardar a velocidade da disseminação.

Para os administradores da FUNDAFFEMG não foi possível determinar os impactos econômicos e financeiros futuros decorrentes desta pandemia do COVID-19, que devessem ser informados nas Demonstrações contábeis do exercício de 2021.

22. Teste Adequação do Passivo

A entidade não realizou o teste de adequação do passivo - TAP conforme exigido pela RN nº 435/2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pois não é enquadrada como operadora de grande porte.

23. Práticas Mínimas de Governança Corporativa

Em atendimento ao disposto na RN nº 443 de 25 de janeiro de 2019, a Empresa está iniciando a adoção de práticas mínimas de governança, com ênfase em controles internos e gestão de riscos. Os procedimentos adotados serão revisados e atualizados de acordo com a complexidade das suas atividades, respeitadas as características e estruturas estabelecidas no estatuto social e normas internas da Empresa.

24. Capital regulatório

24.1 Capital regulatório

O capital regulatório é o limite mínimo do patrimônio líquido ajustado que a operadora deve reservar para mitigar a possibilidade de sua insolvência. A partir da publicação da RN nº 451 em 06 de março de 2020, a operadora pode optar pelo novo modelo de capital regulatório, que é calculado a partir do seu próprio risco, ou permanecer no atual modelo de margem de solvência, que leva em consideração apenas seu volume de contraprestações e eventos.

A Empresa optou por manter o modelo atual de margem de solvência.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de Risco

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros inerentes às operações, basicamente, estão representados por disponibilidades, contas a receber e a pagar. A Entidade mantém suas políticas e estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e segurança desses saldos e efetua o monitoramento dos preços dos serviços contratados com os vigentes no mercado de saúde suplementar.

b) Gerenciamento de Risco

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Entidade, destacam-se:

Risco de Crédito: O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados de seus beneficiários é atenuado pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência, podendo até cancelar o contrato pelo não recebimento das contraprestações.

Risco de Subscrição: A Entidade também está sujeita ao risco de subscrição existentes, mesmo que maneira remota, ao manter a metodologia de provisões técnicas PEONA e PEONA SUS com base na metodologia da ANS. No que tange aos valores praticados ao comercializar seus produtos, esses valores são levados ao conhecimento dos atuários que periodicamente verificam esses valores buscando o equilíbrio financeiro da carteira em prol da Entidade.

Risco de Mercado: A Entidade também está sujeita ao risco de mercado através do crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela concentração de suas operações em instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e com a alocação dos recursos em aplicações com perfil conservador, em sua maioria, quase na sua totalidade. Até meados de novembro de 2021 a Entidade mantinha em torno de 36% das suas aplicações financeiras em fundos moderados e arrojados. No que diz respeito aos valores em ativos imobilizados referente aos imóveis, historicamente em nossa cidade os valores de imóveis mantem sempre a sua tendência a se elevar, ainda mais por se tratar de imóveis bem localizados.

Risco Legal: A Entidade busca sempre em seu rol de prestadores de serviços aos beneficiários, contratar após minuciosa análise dos documentos desses prestadores e também realizar a visita física ao local onde será atendido os beneficiários, com o intuito de verificar a qualidade do atendimento a ser destinado ao beneficiário. E ainda, todos os prestadores são sem exceção contratados com contrato estabelecendo o embasamento e respaldo jurídico tanto para a Operadora quanto ao seu beneficiário. Dessa maneira a Operadora não fica vulnerável a qualquer tipo de litígio.

Risco Operacional: A Entidade tem o hábito de rotacionar seus colaboradores em outros setores, para que alguns conheça a rotina e o trabalho do outro, evitando a concentração de informações em apenas um colaborador. Busca criteriosamente a entrega de todas suas obrigações acessórias antes do prazo estabelecido pelo o órgão que a regulamenta. Ainda, a Entidade possui um baixo risco em liquidar seus compromissos com a rede contratada de assistência, uma vez que sua sinistralidade é baixa, impulsionada pela sua carteira de beneficiários onde mais de 80% de seus beneficiários são de planos ambulatoriais com coparticipação.

Entendemos que mitigamos de sobremaneira os riscos em comento com a estratégia de negócio estabelecida pela direção da empresa. Conseguiremos, mantida a estratégia do negócio, sobreviver aos interferis que estamos expostos.

26. Eventos Subsequentes - Novas Normas Contábeis do Mercado

Com a publicação da RN ANS nº 472, em vigor a partir do exercício de 2022, as atualizações que poderiam afetar as demonstrações em comparação com as informações divulgadas para o exercício atual, onde se destaca a inclusão/aceitação por parte da ANS do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, e CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, no que se refere a adequação do registro das operações na modalidade de preço pós-estabelecido.

A operadora não possui nenhum arrendamento mercantil e financiamento de Curto ou Longo prazo, com relação aos contratos na modalidade de preço pós-estabelecido a operadora utiliza o mecanismo de rateio das despesas dos últimos 6 meses como base para cálculo do valor da cota a ser cobrada dos seus beneficiários, dessa forma não haverá impacto nas informações comparativas do exercício subsequente.

27. Reclassificação de 2020

Detalhamento das reclassificações efetuadas nas Demonstrações Contábeis no ano de 2020 em atendimento ao ITG 2002 (R1).

	2020 (Reclassificado)	2020
PATRIMÔNIO SOCIAL	87.694.396,29	87.694.396,29
Patrimônio Social	2.409.335,26	2.409.335,26
Reservas	85.285.061,03	61.167.657,32
Reservas Patrimoniais	10.677,00	10.677,00
Reservas de Reavaliação	730.063,89	730.063,89
Retenção de Reservas de Superávits	84.544.320,14	60.426.916,43
Superávits Acumulados		24.117.403,71

28. Seguros

A entidade não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por entender que não há riscos significativos sobre esses bens.